



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATO DA MESA

Em aditamento ao Ato publicado no Diário Oficial desta data, que constituiu Grupo de Trabalho com o escopo de proceder a estudos visando a reforma do Regimento Interno, a Mesa, tendo em vista que a Emenda n.º 22, de 29 de junho último, alterou vários dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, resolve atribuir ao mesmo colegiado a tarefa de proceder a adaptação da Constituição do Estado ao texto daquele diploma.

Assim, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 11 de agosto de 1982.

JANUÁRIO MANTELLI NETO, Presidente

Sylvio Martini, 1.º Secretário

Vicente Botta, 2.º Secretário

78.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 4-8-82

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto, Oswaldo Doreto e Francisco Dias

SECRETÁRIO: Sr. Sylvio Martini

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto - PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

As 14,30 horas, abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus - Ademir de Barros - Agenor Lino de Mattos - Almir Pazzianotto Pinto - Alvaro Fraga - André Benassi - Antonio Carlos Mesquita - Antônio Rezak - Rubens Lara - Maurício Najar - Armando Pinheiro - Málek Assad - Benedito Campos - Carlos Fernando Zuppo - Célio dos Santos - Delfim Neves - Edson Real - Edson Tomaz de Lima - Eduardo Matarazzo Suplicy - Emilio Justo - Evandro Mesquita - Fausto Rocha - Fauze Carlos - Fernando Moraes - Flávio Flores da Cunha Bierrenbach - Francisco Dias - Franco Baruselli - Geraldo Siqueira - Geraldo Menezes - Goro Hama - Hatiro Shimomoto - Hélio Cesar Rosas - Irma Passoni - Ivan Espindola de Ávila - Jairo Mattos - Januário Mantelli Neto - Jihei Noda - João Baptista Breda - João Gilberto Sampaio - José Bustamante - José Eduardo Rodrigues - José Felício Castellano - Archimedes Lammoglia - Silveira Sampaio - José Storópoli - José Yunes - Luiz Máximo - Luiz Carlos Santos - Sérgio Santos - Manoel Sala - Marcelino Romano Machado - Castello Branco - Marcos Aurélio Ribeiro - Marcos Cortes - Mário Ladeia - Mauro Bragato - Milton Baldochi - Nabi Chedid - Nodoci Nogueira - Oscar Yazbek - Osmar Ribeiro Fonseca - Oswaldo Doreto - Reginaldo Valadão - Renato Cordeiro - Ricardo Izar - Roberto Purini - Robson Marinho - Sérgio Morinaga - Sylvio Martini - Theodosina Rosário Ribeiro - Vanderlei Macris - Vanderlei Simionato - Vicente Botta - Wadih Helú - Waldemar Chubaci - Hélio Nunes da Silva - Walter Auada - Walter Lemes Soares e Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto - PDS) - Convido o Sr. Deputado Sylvio Martini para, como 2.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. SECRETÁRIO (Sylvio Martini - PDS) - procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto - PDS) - Convido o Sr. Deputado Sylvio Martini para, como 1.º Secretário "ad hoc", proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Sylvio Martini - PDS) - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 78.ª SESSÃO ORDINÁRIA PEQUENO EXPEDIENTE

1. Presidente Januário Mantelli Neto — Abre a sessão.
2. Fernando Moraes — Condena a invasão do Líbano pelas forças israelenses e a indiferença da humanidade, sobretudo dos governos árabes, diante da agressão ao povo palestino.
3. Oswaldo Doreto — Assume a Presidência.
4. Goro Hama — Apresenta requerimento onde solicita que o PL 246/82 seja submetido à apreciação da Comissão de Economia e Planejamento. Fala do apoio recebido por seu partido nas pequenas e médias cidades do interior paulista e prevê uma grande vitória no dia 15 de novembro.
5. Eduardo Matarazzo Suplicy — Manifesta-se contra o uso da Rádio e TV Cultura para propaganda eleitoral do PDS. Comenta irregularidades nas operações de empréstimos do Dep. Armando de Souza Pinheiro junto ao Banesp, e lê carta onde pede ao presidente do Banco Central do Brasil a averiguação dos fatos.
6. Rubens Lara — Denuncia rumores segundo os quais secretários designados de escolas do Estado seriam sumariamente substituídos por apadrinhados do PDS, até o dia 15 de agosto. Pede resposta do Secretário da Educação sobre o fato.
7. Francisco Dias — Apela para o Secretário da Educação no sentido de que os concursos para ingresso no magistério estadual, e principalmente, a admissão ou efetivação desse pessoal não ocorram mais no meio do ano. Sugere ainda que esses concursos sejam feitos em âmbito regional, e não estadual.
8. Eduardo Matarazzo Suplicy — Para comunicação, informa ter dado entrada a requerimento de convocação dos Secretários da Fazenda e da Informação e Comunicações, para prestarem esclarecimentos sobre o uso político-eleitoral das instituições financeiras do Estado, os gastos em verbas publicitárias, a influência sobre os noticiários dos meios de comunicação (especialmente da RTC) e a distribuição de crédito subsidiado a grupos econômicos privados indicados por membros do PDS.
9. José Felício Castellano — Menciona publicação do DO de 4 de junho pp, referente à Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e relata fatos que negam a estagnação dos projetos sob a responsabilidade da mesma. Apresenta a programação do Centro de Pesquisas Aplicadas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso, salientando que todos os projetos estão em andamento.

GRANDE EXPEDIENTE

10. Francisco Dias — Assume a Presidência.
11. Luiz Carlos Souza — Acusa o governo paulista de manipulação da notícia e controle da comunicação. Lê e comenta trechos do estudo "O Censo de 1980 no Brasil e no Estado de São Paulo e suas curiosidades e preocupações", de Benedito Pio da Silva, membro do GAP. Denuncia a presença da filosofia nazi-fascista no documento e afirma que a mesma ideologia racista está por trás do Programa Pró-Família.
12. Pres. Januário Mantelli Neto — Assume a Presidência. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se 60 minutos após o término da sessão ordinária.
13. Fernando Moraes — Solicita suspensão dos trabalhos até as 17 horas.
14. Pres. Januário Mantelli Neto — Acolhe o pedido e suspende a sessão até as 17 horas.

ORDEM DO DIA

15 — Pres. Januário Mantelli Neto — Reabre a sessão 35 m após. Põe em votação "ad referendum", e declara aprova-

do, na forma da emenda, o PL 19/82. Põe em votação "ad referendum", e declara aprovado, o PL 34/82. Põe em votação "ad referendum", e declara aprovados, na forma das emendas, os PLs 78/82, 104/82, 106/82, 161/82 e 172/82. Põe em votação "ad referendum", e declara aprovado, na forma da subemenda, o PL 178/82. Põe em votação "ad referendum", e declara aprovados, na forma das emendas, os PLs 204/82 e 205/82. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 5-8-82, à hora regimental, e renova a convocação para a sessão extraordinária, a realizar-se às 18,30 horas. Encerra a sessão.

— **Passa-se ao**

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (JANUÁRIO MANTELLI NETO - PDS) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado Sylvio Martini. (Pausa.) Tendo S. Exa. desistido da palavra, tem a palavra o nobre Deputado Manoel Sala. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Oscar Yazbek. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Rezak. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Moraes. (O SR. FERNANDO MORAIS PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE)

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Doreto - PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado reginaldo Valadão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcos Aurélio Ribeiro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ivan Espindola de Ávila. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Menezes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Osmar Ribeiro Fonseca. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Goro Hama.

(O SR. GORO HAMA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE)

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Doreto - PMDB) — Tem a palavra a nobre Deputada Irma Passoni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Abrahim Dabus. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Tomaz de Lima. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

(O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE)

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Doreto - PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Emilio Justo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Wadih Helú. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Archimedes Lammoglia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Ademir de Barros. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Luis Carlos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rubens Lara.

O SR. RUBENS LARA (PMDB) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, diversas têm sido as denúncias aqui proferidas a respeito da atuação da máquina do Governo dentro do processo eleitoral de 15 de novembro. Agora, chega-nos a preocupação de diversos secretários designados de escola do Estado, inclusive que exercem a sua função há mais de três anos, função essa permanentemente atualizada em cursos, reuniões e simpósios. Os rumores dentro dessas escolas em relação aos secretários de escolas designados é de que eles serão substituídos politicamente, ou seja, serão afastados sumariamente para que a indicação dos apadrinhados do PDS possa atender aos compromissos de candidatos a deputado estadual, deputado federal, prefeitos e senadores do partido do Governo.

Convém ressaltar que a maior parte dos atuais secretários são somente escrivães ACT. Isso, realmente, cria uma situação bastante delicada e a máquina do Governo, mais uma vez, quer se colocar a serviço do interesse eleitoral, do interesse partidário e não do interesse da escola, da comunidade ou até mesmo do interesse coletivo.

Fazemos então, aqui, de público, a denúncia de que os rumores já correm em diversas escolas e que essa medida iria ser adotada até dia 15 do corrente, data em que essas substituições poderiam ser feitas. Portanto, já alertamos a opinião pública e cobramos do Sr. Secretário dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo uma resposta, no sentido de que essa alta autoridade da Educação desminta que essa medida "política", entre aspas, não será tomada em prejuízo de centenas de secretários de escolas designados e que, há mais de três anos, exercem suas funções, tendo sido atualizados permanentemente para melhor desempenho da função.

Fica aqui, portanto, essa preocupação e alertamos o Sr. Secretário da Educação que, se tal fato ocorrer, iremos novamente assomar esta tribuna para responsabilizá-lo, porque os rumores existem e é preciso que se dê segurança e tranqüilidade a todos os funcionários e servidores lotados na rede Estadual de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Doreto - PMDB) — Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB) — Sr. Presidente, nobre Deputado Oswaldo Doreto, ora em exercício, e Srs. Deputados, há coisa de um ano e meio recebemos nesta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em seus plenários, um grupo de professores que nos fazia um apelo e, ao mesmo tempo, pedia que enderecássemos esse apelo ao Secretário da Educação, no sentido de que os concursos públicos não se dessem mais no meio do ano e, principalmente, a admissão ou efetivação desse pessoal não ocorresse no meio do ano.

Tivemos um longo debate com esses professores e alguns técnicos em educação e chegamos à conclusão de que, na realidade, eles têm muita razão para reclamar esses direitos.

Sou professor e, como tal, sei que toda escola prepara seu plano de aula no começo do ano letivo. Geralmente a primeira ou a última semana das férias de fevereiro é utilizada para estudo e preparação de matérias para o ano todo. É o que chamamos "plano de aula". Reúnem-se os professores das várias matérias — Português, História, Geografia etc. — separadamente, e cada um monta seu plano de atividades para o ano. O coordenador pedagógico tem exatamente a função de acompanhar esses planejamentos para saber se estão se desenvolvendo de forma razoável, fraca ou forte; ele é aquele elemento que acompanha o professor no desenvolvimento de sua matéria durante o ano.

Pois bem, com a efetivação dos professores, como aconteceu no ano passado e como está acontecendo atualmente,

desmorona-se o plano elaborado pelas escolas. Isso acontece por várias razões: primeiramente havia um plano seqüente de trabalho preparado por aquela equipe de professores e que deveria ser implantado durante o ano todo. Todos sabem que de professor para professor há diferenciação na forma de aplicação da matéria, na orientação do livro etc. Quando um grupo de milhares de professores é efetivado no meio do ano, começa o desacerto. Primeiramente do aluno, que tem de trocar de professor e de atividade, porque, de professor para professor, há diferenciação na aplicação da matéria; em segundo lugar, há um desacerto completo por parte dos diretores, porque a efetivação dos professores no meio do ano provoca um fato mais doloroso ainda. Tomamos como exemplo uma professora de Santa Fé do Sul, que não tenha aulas para dar na sua região e que vai escolher para tanto a cidade de Osasco ou Guarulhos. Ocorre que o marido dessa professora não podendo mudar-se para São Paulo no meio do ano, por ser estabelecido naquela cidade ou por ser funcionário de uma empresa e com os filhos acontecendo o mesmo problema, passa a haver um completo desacerto dessa família, já que a professora fica impedida de mudar-se para cá. O resultado é que a professora, desesperada, começa a procura de uma licença, a procura de uma troca de aulas ou a procura de ficar à disposição de alguém.

Isso é o que ocorre no meu gabinete, assim como no gabinete de cada um dos Deputados, porque, desesperados, esses professores precisam achar uma solução para não perder sua efetivação e também não podem ficar distantes, separados de suas famílias.

Há ainda outro desacerto que é com relação ao problema da remoção: A inscrição para o concurso de remoção geralmente se dá no dia 15 de agosto. Acontece que esse concurso de remoção só se dá no fim do ano e o professor não pode aguardar de agosto até dezembro porque precisa solucionar seu problema de residência e de aulas.

Fizemos um apelo ao Secretário de Educação, da época, no sentido de que se convocassem esses professores concursados e estes escolhessem suas cadeiras se possível fossem eles considerados efetivos — através de uma lei ou de um decreto — a partir de agosto, só tomando posse na sua cadeira de origem no mês de fevereiro. Assim, o professor teria seis meses de prazo, até fevereiro, para decidir se muda para o lugar onde escolheu aula ou se fica na cidade de origem, ou, ainda, se, nesse interim, acontecer o concurso de remoção, pode voltar para seu lugar de origem.

Pois bem, fizemos esse apelo e recebemos uma resposta do Secretário da Educação dizendo que achava o nosso parecer muito simpático, porque solucionaria uma série de problemas que a Secretaria da Educação tem e não pode resolver. Embora a Comissão de Educação achasse que a nossa proposta — que não é minha, mas dos professores — era boa, era excelente, etc., este ano aconteceu a mesma coisa do ano de 1980 e de 1981.

Então, nós apelamos ao Sr. Jessen Vidal, que é um homem inteligente e sobre quem temos os melhores referências. Infelizmente, esta Assembleia estava fechada devido o período de recesso e não pudemos fazer nenhum apelo, desta tribuna, ao Sr. Jessen Vidal, no sentido de que pusesse em prática essa medida proposta e elaborada pelos próprios professores, com o que teríamos a solução do problema de vez.

Eu já estou recebendo em meu gabinete diversos pedidos de professores que dizem: "Pelo amor de Deus, não podemos ficar em Bauru"; outra diz novo em Bastos, mas não posso lecionar em São Paulo, já que tenho uma criança de um ano, tenho meu marido doente, enfim, tenho uma série de problemas.

Eu tenho a impressão que cada Deputado está recebendo esses enxurrada de apelos dos nossos companheiros professores, os quais pedem pelo amor de Deus, seja dada uma solução para o caso. E a solução é fácil. A Secretaria teria que usar a seguinte medida: não efetivar ninguém no meio do ano. Além do mais, gostaria de deixar aqui registrado um outro ponto, uma coisa que aqui nós discutimos no plenário e sobre a qual estou plenamente de acordo e os senhores concordarão comigo: trata-se dos concursos para o ingresso no magistério e que não podem se dar de forma Estadual. Tem que se dar de forma regional, porque o professor da região da Grande São Paulo pode ir para qualquer lugar da Grande São Paulo, porém não pode ir para Santa Fé do Sul, não pode ir para Ilha Solteira ou vice-versa.

Se há 200 vagas na região de Araçatuba, por que não se faz concurso para essas vagas e se fixa o elemento na própria região de origem? Se na Grande São Paulo existem 2000 vagas, vamos fazer concurso para essas 2000 vagas, com o que não teríamos esses desacertos por completo. E, se alguém vier de Ilha Solteira para São Paulo, tem que vir com um termo de responsabilidade de que se efetivará na Grande São Paulo. Muitas vezes temos feito algumas críticas e alguns dizem: "Vocês criticam, mas não apresentam soluções". Mas, está aí a solução. Temos falado sobre isso muitas vezes, desta tribuna, mas ninguém dá ouvidos ou faz-se de mouco às nossas reclamações ou às nossas decisões, que, tenho certeza, seriam a solução para o magistério neste Estado.

Fica, portanto, registrado nesta tarde o nosso apelo ao Sr. Secretário e ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se resolva de vez esse problema relacionado com a Secretaria da Educação. E, se ninguém souber como resolver, que me chamem, pois irei dar a idéia de como se pode resolver o problema. E, se ninguém tem capacidade para resolver esse problema, estamos aí, tenho a certeza, para ajudar e não para atrapalhar.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) — Sr. Presidente, peço a palavra, pelo artigo 83.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Doreto - PMDB) — Tem a palavra, pelo artigo 83, o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) — (Para uma comunicação) - Sr. Presidente, desejo comunicar a V. Exa. que estamos dando entrada, nesta Casa, a um requerimento de convocação do Sr. Secretário da Fazenda, Afonso Celso Pastore, e do Sr. Secretário da Informação e Comunicações, Dr. Paulo Mário Carneiro da Cunha Mansur, para prestarem, pessoalmente, perante a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, informações a respeito do uso político-